



## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI

### GABINETE DO PREFEITO DECRETO Nº. 007/2019-PMA-GP - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

*Institui Grupo de Trabalho e regulamenta a realização de audiência pública para a elaboração da Lei Orçamentária Anual.*

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN, usando das atribuições conferidas pelos dispositivos constantes na Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito da Gabinete do Prefeito, Grupo de Trabalho com o objetivo de apresentar anteprojeto de Lei Orçamentária Anual para a elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2020.

Parágrafo Único - O anteprojeto de que trata este artigo deverá ser apresentado, em sua redação final, no prazo de 10 dias contados a partir da data da publicação deste Decreto.

**Expediente:**  
Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte - FEMURN

**DIRETORIA**  
**BIÊNIO 15/01/2019 – 15/01/2021**

Presidente: Prefeito José Leonardo Cassimiro de Araújo

1º Vice-Presidente: Prefeita Mara Lourdes Cavalcanti

2º Vice-Presidente: Prefeito Luiz Eduardo Bento da Silva

3º Vice-Presidente: Prefeita Maria Bernadete Nunes Rego Gomes

4º Vice-Presidente: Prefeito Thales André Fernandes

5º Vice-Presidente: Prefeito Odon Oliveira de Souza Junior

1º Secretário: Prefeito Dagoberto Bessa Cavalcante

2º Secretário: Prefeito José Edvaldo Guimarães Júnior

1º Tesoureiro: Prefeito Laerte Ney de Paiva Fagundes

2º Tesoureiro: Prefeita Marina Dias Marinho

#### CONSELHO FISCAL

1 - Prefeita Jeane Carlina Saraiva Ferreira de Souza

2 - Prefeito Chilon Batista de Araújo Neto

3 - Prefeito José Arnor da Silva

#### SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL

1 - Prefeito José Marques Fernandes

2 - Deusdete Gomes de Barros

3 - Prefeito Anteomar Pereira da Silva

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

Art. 2º - O Grupo de Trabalho será composto por representantes da administração direta e indireta do Município, na seguinte conformidade:

I - Haverá apenas um representante, com o respectivo suplente, sendo que a administração direta será representada pelas seguintes unidades administrativas:

- a) Setor de Planejamento, encarregado da coordenação dos trabalhos;
- b) Setor de Contabilidade;
- c) Setor de Administração;
- d) Setor de Obras e Serviços Urbanos;
- e) Setor de Educação;
- f) Setor de Saúde;
- g) Setor de Assistência Social;
- h) Setor de Agricultura;
- i) Setor de Desenvolvimento Econômico;
- j) Setor de Controle Interno;
- k) Procuradoria Jurídica.

II - Os órgãos e entidades da administração indireta serão representados por apenas um mandatário e respectivo suplente.

Art. 3º - Os membros do Grupo de Trabalho serão indicados pelos respectivos dirigentes dos órgãos e unidades da administração direta e indireta no prazo de 04 dias contados a partir da publicação deste Decreto.

Art. 4º - A elaboração do anteprojeto de que trata este Decreto deverá obedecer as normas constantes dos arts. 165 e 169 da Constituição Federal, as disposições da Lei Complementar nº 101, de 2000, e demais normas vigentes.

Parágrafo Único - As metas e prioridades deverão ser estabelecidas em consonância com o Plano de Governo constantes do Plano Plurianual vigente.

Art. 5º - O Grupo de Trabalho promoverá reuniões setoriais com a participação das associações de bairros, entidades representativas da sociedade civil e com a população em geral, como medida preparatória para a realização de audiências públicas, para o estabelecimento das ações e metas a serem incluídas no anteprojeto de lei.

Art. 6º - As audiências públicas serão promovidas pelo Gabinete do Prefeito, devendo ser objeto de regular convocação.

Parágrafo Único - Os atos praticados, assim como as matérias discutidas nas audiências públicas serão consignados em atas a serem regularmente lavradas em registro próprio, devidamente formalizado.

Art. 7º - As audiências públicas realizar-se-ão nos locais previamente determinados, devendo obedecer os seguintes requisitos:

- I - serão colhidas as assinaturas dos interessados presentes quando de sua chegada ao local, com a identificação respectiva;
- II - deverão estar presentes, representando a Administração Municipal, aqueles que forem indicados pelo Prefeito Municipal, inclusive quanto a quem for presidir-la;
- III - os trabalhos serão abertos pelo Prefeito Municipal ou por quem este indicar, constando de uma exposição sucinta da pauta a ser discutida, dos objetivos da reunião, das prioridades e metas relativas aos programas a serem incluídos na LOA;
- IV - será concedido aos presentes, desde que regularmente inscritos pela ordem de chegada, o direito de uso da palavra, pelo prazo máximo de dez minutos;

**O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA)** Município de Itaú/RN, por meio de sua **COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL**, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 294/2004, bem como pelo art. 139 Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), pelo art. 7º, da Resolução CONANDA nº 170/14, e pelo art. 4º, da Resolução nº 118/2019, do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONSEC), que lhe confere a presidência do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar e,

**CONSIDERANDO** que os alguns artigos da Resolução 002/2019 que dispõe sobre as condutas vedadas para o processo de escolha do Conselho Tutelar entram em conflito com a Lei 437/2015;

**CONSIDERANDO** que a Resolução 002/2019 não pode se sobrepor à Lei Municipal 437/2015, nem com ela entrar em conflito;

**CONSIDERANDO** que, em decorrência desse conflito é necessário dirimir as dúvidas, bem como é atribuição desta Comissão conduzir o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por sua Comissão Especial Eleitoral, a tomada das providências necessárias para que a campanha eleitoral, assim como a votação e apuração do resultado do pleito transcorram de forma regular e legal;

#### **RESOLVE ALTERAR OS SEGUINTE ARTIGOS:**

**ART. 1º** - A campanha dos candidatos a membros do Conselho Tutelar é permitida somente **no período compreendido entre 25 de julho a 04 de Outubro do corrente ano.**

**ART. 2º** - Sem prejuízo das disposições constantes na legislação local, serão consideradas **condutas vedadas** aos candidatos devidamente habilitados no processo de escolha unificado, **antes e durante as votações** :

IV – a realização de propaganda eleitoral por meio de camisetas, bonés, bandeiras, rádio, televisão, *outdoors* ou espaço na mídia em geral, mediante pagamento, ressalvada a manutenção, pelo candidato, de página própria na rede mundial de computadores;

**ART. 3º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, mantendo-se inalterados os artigos aos quais não foram alterados e revogando-se as disposições em contrário.

Itaú, RN, 26 de Julho de 2019.

**MAGNÓLIA ALMEIDA DE FREITAS OLIVEIRA**  
Presidente da Comissão Especial

**MARIA JOSERLANE SOUZA ALVES**  
Vice Presidente da Comissão Especial

**DEUSALUCIA DE FREITAS LOPES**  
Membro da Comissão Especial

**MARIA NEORIVÂNIA BEZERRA BRASIL**  
Membro da Comissão Especial

**JANSEN DA SILVA LEITE**  
Membro da Comissão Especial

**MARCOS ANTÔNIO MOREIRA DE MORAIS**  
Membro da Comissão Especial

**Publicado por:**

Marcos Antonio Moreira de Moraes  
Código Identificador:EC95CDEE

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ**  
**DECRETO Nº 023/2019**

**DECRETO Nº 023/2019**

**ITAÚ/RN, 26 de Julho de 2019.**

**EMENTA:** Dispõe sobre a Homologação do Resultado Final do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Itaú/RN, regido pelo Edital Nº 001/2019 e dá outras providências.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAÚ/RN**, no uso de suas atribuições legais, obedecendo às disposições contidas na Constituição Federal no art. 37, I, II e III, Lei Orgânica Municipal art. 139, Edital do Concurso Público nº 001/2019 e demais legislações pertinentes;

**CONSIDERANDO**, que a Prefeitura Municipal de Itaú/RN realizou Concurso Público para o preenchimento de vagas existentes no quadro efetivo de pessoal do Serviço Público do município e o Resultado Oficial já foi divulgado, tendo todos os atos sido realizado dentro da legalidade;

**CONSIDERANDO**, que a Comissão Especial de Concurso Público nomeada através da Portaria nº 048/2019, encaminhou Relatório de Conclusão do Concurso Público, com o Resultado Final para homologação.

**CONSIDERANDO**, o Relatório Final emitido pela **FUNCERN – Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do RN**, empresa executora do certame – Edital 001/2019, acerca das etapas de execução do referido Concurso Público;

#### **DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica **HOMOLOGADO** o Resultado Final do Concurso Público, concernente ao Edital nº 001/2019 – Prefeitura Municipal de Itaú/RN apresentado pela empresa responsável pela realização do certame para provimento de cargos do quadro de pessoal permanente.

**Art. 2º** - Na medida das necessidades administrativas e disponibilidade orçamentária e financeira, serão convocados os candidatos habilitados na ordem rigorosa de classificação para a apresentação de documentos comprobatórios de escolaridade e demais requisitos previstos no Edital nº 001/2019.

**Art. 3º** - O candidato que não preencher os requisitos previstos no Edital nº 001/2019 será automaticamente desclassificado e convocar-se-á o candidato subsequente obedecendo rigorosamente à ordem de classificação.

**Art. 4º** - As convocações, bem como todos os atos referentes ao Concurso Público do município de Itaú serão publicados no Diário Oficial dos Municípios, disponível no site <http://www.diariomunicipal.com.br/femurn/pesquisar>.

**Art. 5º** - O Concurso Público terá validade pelo prazo de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período, atendendo o interesse público.

**Art. 6º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 7º** - Revogam-se as disposições em contrário.

**CIRO GUSTAVO ALVES BEZERRA**  
Prefeito do Município de Itaú

**Publicado por:**

Marcos Antonio Moreira de Moraes  
Código Identificador:729CA464

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JACANÃ**

**GABINETE DO PREFEITO**  
**PORTARIA Nº 387/2019/GP DE 26 DE JULHO DE 2019.**

O prefeito Municipal de Jacanã/RN, no uso de suas atribuições legais, e;

**CONSIDERANDO** o artigo 37, inciso II, da Constituição Federal;